



Município de Arcos de Valdevez
Câmara Municipal

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA DO
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PARA A NORMA ISSO
9001:2015

Valor base: 8.500,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
(Código dos Contratos Públicos)

Caderno de Encargos

CADERNO DE ENCARGOS	2
SECÇÃO I - Cláusulas Jurídicas	2
Cláusula 1ª - Objeto	2
Cláusula 2ª - Local de Prestação de Serviços.....	2
Cláusula 3ª - Obrigações do prestador de serviços.....	2
Cláusula 4.ª - Prazo de prestação de serviços.....	2
Cláusula 5ª - Objeto do dever de sigilo	2
Cláusula 6.ª - Forma de prestação do serviço.....	3
Cláusula 7.ª - Condições de Pagamento.....	3
Cláusula 8.ª - Penalidades contratuais	3
Cláusula 9.ª - Força Maior	3
Cláusula 10.ª - Rescisão do Contrato	4
Cláusula 11.ª - Garantia	4
Cláusula 12.ª - Seguros.....	4
Cláusula 13.ª - Legislação aplicável	4
SECÇÃO II - Cláusulas Técnicas	4
Cláusula 14.ª - Área de Intervenção	4
Cláusula 15.ª - Objetivos específicos	4
Cláusula 16ª - Horário de Trabalho	5
Cláusula 17ª - Preço contratual base	5
Cláusula 18ª - Prazo de execução dos serviços.....	5

CADERNO DE ENCARGOS

SECÇÃO I - Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviço de consultoria e realização de auditorias internas ao Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Arcos de Valdevez no âmbito da transição para a Norma ISO 9001:2015.
2. O presente caderno de encargos contém as cláusulas jurídicas e técnicas, aplicáveis a prestação de serviços de Saúde no Trabalho. Em tudo o omissos, observar-se-á o disposto na legislação em vigor.

Cláusula 2ª - Local de Prestação de Serviços

Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados nos locais do Município onde os funcionários exerçam serviços, nomeadamente no Edifício dos Paços do Concelho, Casa das Artes, Centro Municipal de Informação e Turismo, Piscinas Municipais, Pavilhão Municipal, Armazéns Municipais, Mercado Municipal, Centro de Formação e Exposições, Escolas do Município.

Cláusula 3ª - Obrigações do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta de acordo com as características e requisitos previstos na secção II, cláusulas técnicas;
- b) Obrigação de estabelecer um plano adequado para as ações a realizar, o qual deverá ser aprovado pela entidade adjudicante;
- c) Obrigação de acordar com a entidade adjudicante as datas para as realizações das ações planeadas;
- d) Realizar reuniões, pelo menos trimestrais, com o Serviço de Gestão do Sistema da Qualidade da entidade adjudicante para fazer avaliação das ações implementadas;
- e) Comunicar à entidade adjudicante, com a maior brevidade possível, todos e quaisquer factos que total ou parcialmente impossibilitem ou condicionem a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações contratuais.

Cláusula 4.ª - Prazo de prestação de serviços

1. A prestação de serviço deverá ser integralmente realizada até 31 de dezembro de 2017, a contar da data de assinatura do contrato.
2. A prestação de serviços será realizada de acordo com o programa de trabalhos aprovado.

Cláusula 5ª - Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público a data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.^a - Forma de prestação do serviço

1. O prestador de serviço fica obrigado a realizar, com uma periodicidade trimestral, reuniões de coordenação com os representantes do Município, nas quais deve ser elaborado um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
2. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

Cláusula 7.^a - Condições de Pagamento

1. O pagamento do encargo da prestação de serviços será efetuado pelo Município trimestralmente.
2. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 8.^a - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município reserva-se o direito de exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar, nos seguintes termos:

$$P = V \cdot A / 365$$

Em que:

P, corresponde ao montante da penalidade;

V, é igual ao valor do contrato de prestação de serviços correspondente ao período de um ano; e

A, é o número de dias em atraso.

2. A pena pecuniária prevista na presente clausula não obsta que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 9.^a - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior

Cláusula 10.^a - Rescisão do Contrato

1. Este Município poderá decidir a rescisão do contrato, além dos casos previstos na legislação em vigor, nos casos a seguir indicados:

a) quando o adjudicatário não cumpra integralmente as condições e obrigações do presente procedimento

(programa de concurso e caderno de encargos);

b) quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às exigências e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário, que no seu conjunto ficará anexa ao contrato, dele fazendo parte integrante;

c) quando o adjudicatário não cumprir integralmente as condições e obrigações estabelecidas contratualmente, considerando-se incumprimento definitivo quando o adjudicatário não realize o fornecimento até 30 dias úteis após o prazo estabelecido;

d) A rescisão motivará perda do depósito de garantia e constitui um direito que a Câmara Municipal exercerá definitivamente.

Cláusula 11.^a - Garantia

O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os serviços fornecidos, pelo prazo indicado na proposta.

Cláusula 12.^a - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguros de acidentes de trabalho.

2. O Município pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 10 dias.

Cláusula 13.^a - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de encargos será observado o disposto no Código dos contratos públicos e demais legislações aplicáveis.

SECÇÃO II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 14.^a - Área de Intervenção

A área de intervenção da prestação de serviços corresponderá ao Município de Arcos de Valdevez, conforme referido no artigo 2º das cláusulas jurídicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 15.^a - Objetivos específicos

A presente aquisição de serviços compreende todos os serviços consultadoria, nomeadamente:

- a) Caracterizar o negócio, as oportunidades, ameaças da envolvente e os pontos fortes e fracos do Município de Arcos de Valdevez;
- b) Estabelecer a Intenção Estratégica, a Política da Qualidade e os Objetivos do Município de Arcos de Valdevez;
- c) Coordenar a implementação de um sistema de gestão adequado ao contexto do Município de Arcos de Valdevez, com vista à obtenção da certificação;
- d) Implementar ações que promovam uma cultura baseada na qualidade;

- e) Assegurar a implementação de metodologias de pensamento centrado no risco de forma a prevenir acontecimentos que ponham em causa a sustentabilidade do Município de Arcos de Valdevez;
- f) Promover a adoção de uma gestão por objetivos, fomentando uma avaliação periódica dos resultados, com base em formação aos gestores de processo;
- g) Assegurar e estimular a intervenção de todos os responsáveis na definição das metodologias a adotar para gerir e executar cada uma das principais atividades e na sua posterior implementação;
- h) Coordenar a avaliação do desempenho do Sistema de Gestão e do seu contributo para a valorização dos serviços prestados pelo Município de Arcos de Valdevez;
- i) Promover as melhorias organizacionais decorrentes da transição do Sistema de Gestão da Qualidade, em particular as inerentes à eficaz identificação e definição dos processos e à sua formalização;
- j) Proporcionar, através de formação, as competências necessárias aos Gestores de Processo e colaboradores envolvidos para uma participação ativa na transição do Sistema de Gestão da Qualidade assim como na contínua melhoria da sua eficiência e eficácia;
- k) Realizar auditorias internas da qualidade a todos os serviços do município por forma a confirmar o cumprimento dos requisitos da Norma ISO 9001:2015, sendo elaborado um relatório de auditoria, onde são identificadas todas as não conformidades e oportunidades de melhoria identificadas.

Cláusula 16ª - Horário de Trabalho

A atividade dos serviços prestados deve ser assegurada, no horário de trabalho do Município de Arcos de Valdevez.

Cláusula 17ª - Preço contratual base

O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, incluindo as despesas de carga no seu armazém/estaleiro, sendo o preço contratual máximo aceite de **8.500,00€ (Oito mil e quinhentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Cláusula 18ª - Prazo de execução dos serviços

1. O prazo de execução do objeto do fornecimento previsto no atual procedimento de ajuste direto é de **300 dias**.
2. Este prazo considera ainda a entrega de toda a documentação técnica que acompanha o objeto do fornecimento, a colocação do referido objeto em local próprio, o seu ensaio operacional bem como a formação básica necessária para o seu normal funcionamento e manutenção.

Arcos de Valdevez, **23 de março de 2017**.

O Presidente da Câmara,

Dr. João Manuel do Amaral Esteves